



TRT DA 10ª REGIÃO  
SAS Quadra 1, Bloco D - Bairro Setor de Autarquias Sul - CEP 70097-900 - Brasília - DF - www.trt10.jus.br  
Praça dos Tribunais Superiores

## TERMO ADITIVO

### 6.º TERMO ADITIVO

REGISTRO N° 191/2013

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPCIONISTA**

CONTRATANTE	<b>Órgão: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA REGIÃO</b>	<b>CNPJ:</b> 02.011.574/0001-90
	<b>Endereço:</b> SAS Quadra 01, Bl. D, Ed. Sede, 1.º Andar, Praça dos Tribunais Superiores – Brasília/DF – CEP: 70097-900	<b>Telefone/Fax:</b> (61) 3348-1170
	<b>Representante Legal: Secretário de Administração</b> GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS Nomeado pela Portaria PRE nº 131/2014 Publicada no DOU, Seção 2, Página 63, em 25/03/14	<b>Nacionalidade:</b> Brasileiro

CONTRATADA	<b>Empresa: BRASFORT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA</b>	<b>CNPJ:</b> 36.770.857/0001-38
	<b>Endereço:</b> SAAN, Quadra 1, n.º 635, Sala 1, Brasília/DF – CEP: 70.632-100 brasfort@brasfort.com.br	<b>Telefone/fax:</b> (61) 3878-3434
	<b>Representante legal: ROBÉRIO BANDEIRA DE NEGREIROS</b>	<b>CPF:</b> 084.837.521-15
	<b>Nacionalidade:</b> Brasileiro	<b>Identidade:</b> 257.787 SSP/DF

Tendo em vista o que consta nos **Processos Administrativos n.ºs 15.0.000004771-3, 14.0.000001115-1 e 15.0.000005749-2**, as partes acima identificadas resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, que se regerá pelas normas da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores, e, também pelas Cláusulas e condições seguintes:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo Aditivo é:

1.1.1. o acréscimo de **R\$ 282.218,05** (duzentos e oitenta e dois mil, duzentos e dezoito reais e cinco centavos), correspondente a 16,22% (dezesseis vírgula vinte e dois por cento) do valor do Contrato

Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse [www.tc.df.gov.br/autenticidade](http://www.tc.df.gov.br/autenticidade) e informe o edoc 8672A550

originário, haja vista a necessidade de implantação de mais **06** (seis) postos de recepcionista, a partir de 1º de agosto de 2015, conforme solicitações docs. 223049, 233953 e 241079 e autorização da Presidência doc. 256734, que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente Instrumento;

1.1.2.a prorrogação do contrato originário para o período de 02/12/2015 a 1º/12/2016, conforme autorização da Presidência doc. 256920, originária do Processo Administrativo n.º 15.0.000005749-2

## **2 .CLÁUSULA SEGUNDA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E DO PREÇO DOS SERVIÇOS**

2.1. A despesa decorrente deste Termo Aditivo, no presente exercício, correrá à conta dos recursos próprios, consignados ao **TRT DA 10.ª REGIÃO**, no Elemento de Despesa: 33.90.39.79, Programa de Trabalho: Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho.

2.2. O valor anual passa a ser de R\$ 2.022.591,00 (dois milhões, vinte e dois mil, quinhentos e noventa e um reais) e o acréscimo mensal ao contrato será de R\$ 23.518,17 (vinte e três mil, quinhentos e dezoito reais e dezessete centavos).

	Postos	Valor Unitário Mensal	Valor Mensal	Valor Anual
Situação atual	37	R\$ 3.919,75	R\$ 145.031,08	R\$ 1.740.372,95
Situação pós-acréscimo	43	R\$ 3.919,75	R\$ 168.549,25	R\$ 2.022.591,00

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA**

3.1. A **CONTRATADA** deverá apresentar o comprovante da prorrogação/complementação da garantia à Unidade de Contratos, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, contados da assinatura deste Termo.

3.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) da diferença entre o valor anual do contrato após esta repactuação e o valor anual do contrato antes desta repactuação, até o máximo de 2% (dois por cento).

3.1.2. Caso ocorra atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, o **TRT DA 10.ª REGIÃO** promoverá a retenção dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, até o limite de 5% (cinco por cento) da diferença entre o valor anual do contrato após esta repactuação e o valor anual do contrato antes desta repactuação, a título de garantia, ficando a seu critério depositá-la em banco público oficial.

3.1.2.1. A retenção efetuada com base no subitem 2.1.2 desta Cláusula não gera direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

3.1.2.2. A **CONTRATADA**, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no subitem 3.1.2 desta Cláusula por quaisquer das modalidades de garantia: caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

3.1.3. O valor da multa moratória decorrente do atraso da entrega da garantia poderá ser glosado dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**.

## **4. CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO.**

4.1. Nos termos do Art. 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993, a Administração providenciará a publicação do presente Instrumento, correndo as despesas por conta do **TRT DA 10.ª REGIÃO**.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

5.1. Permanecem em pleno vigor todas as cláusulas e condições ajustadas inicialmente, ficando este aditamento como parte integrante do contrato original para todos os efeitos de direito.

5.2. Declaram as Partes que este Instrumento corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre eles celebrado.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente Instrumento para documento das Partes contratantes.

GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS

Secretário de Administração

ROBÉRIO BANDEIRA DE NEGREIROS

Representante Legal



Documento assinado eletronicamente por **ROBÉRIO BANDEIRA DE NEGREIROS**,  
Usuário Externo, em 14/08/2015, às 17:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS**,  
Secretário(a) de Administração, em 14/08/2015, às 18:10, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<http://www.trt10.jus.br/validadorsei.htm> informando o código verificador **0266455** e o código  
CRC **8ED6D465**.

15.0.000004771-3

0266455v7

Criado por [tvps.estagiario](#), versão 7 por [carlos.santos](#) em 14/08/2015 16:29:50.



TRT DA 10ª REGIÃO  
SAS Quadra 1, Bloco D - Bairro Setor de Autarquias Sul - CEP 70097-900 - Brasília - DF - www.trt10.jus.br  
Praça dos Tribunais Superiores

## APOSTILA - NUCON

Ref.: Processo Administrativo n.º 15.0.000008914-9

### 2.ª APOSTILA

SEGUNDA APOSTILA AO CONTRATO 191/2013 DE  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEPCIONISTA.

**Nos autos do Processo Administrativo n.º 15.0.000008914-9, o Senhor Gilvan Silva Pereira Ramos, Secretário de Administração do TRT da 10.ª Região, no uso de suas atribuições resolve:**

Expedir a presente apostila ao contrato em epígrafe firmado entre o **TRT da 10.ª Região** e a empresa **BRASFORT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, nos termos dos arts. 40, inciso XI, e 55, inciso III, da Lei 8.666/1993, c/c art. 5º do Decreto n.º 2.271/1997 e do § 8º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, para registrar:

I – A **REPACTUAÇÃO** do valor do Contrato TRT 10.ª Região n.º 191/2013, em virtude da majoração das tarifas de transporte público no Distrito Federal, conforme Decreto n.º 36.762/2015, nos termos da solicitação da contratada, doc. 0310302, com base na manifestação acerca da disponibilidade orçamentária pela SEORF, doc. 0327307 e autorização, doc. 0329847. Desta forma, o valor do contrato passa dos atuais R\$ 168.549,25 (cento e sessenta e oito mil, quinhentos e quarenta e nove reais e vinte e cinco centavos) mensais para **R\$ 170.822,66** (cento e setenta mil, oitocentos e vinte e dois reais e sessenta e dois centavos) mensais, **acréscimo mensal de R\$ 2.273,41** (dois mil, duzentos e setenta e três reais e quarenta e um centavos) com efeitos a partir de **1º de outubro de 2015**.

	Qtda. de Postos	Valor por Posto	Valor Mensal	Valor Anual
Situação Atual	43	R\$ 3.919,75	R\$ 168.549,25	R\$ 2.022.591,00
Situação pós-repactuação	43	R\$ 3.972,62	R\$ 170.822,66	R\$ 2.049.871,92
Acréscimo a contar de 1º/10/2015		R\$ 52,86	R\$ 2.273,41	R\$ 27.280,92

*Assinado eletronicamente*  
**GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS**  
Secretário de Administração



Documento assinado eletronicamente por **GILVAN SILVA PEREIRA RAMOS**,  
**Secretário(a) de Administração**, em 27/11/2015, às 21:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei  
11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
<http://www.trt10.jus.br/validadorsei.htm> informando o código verificador **0333044** e o código



CRC 32CD96EC.

---

15.0.000008914-9

0333044v4

Criado por [felipe.coutinho](#), versão 4 por [felipe.coutinho](#) em 27/11/2015 15:15:39.



Núcleo de Contratos

REGISTRO N.º 191/2013

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 10ª REGIÃO**



Registro n.º 191/2013

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS DE RECEPCIONISTA  
PARA AS UNIDADES DO TRT DA  
10.ª REGIÃO SITUADAS NO  
DISTRITO FEDERAL.**

<b>CONTRATANTE</b>	Órgão:	<b>TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA REGIÃO</b>	CNPJ:	02.011.574/0001-90
	Endereço:	SAS, Quadra 1, Bloco D, Ed. Sede Brasília/DF - CEP 70.097-900	Telefone/Fax:	(61) 3348-1184
	Representante Legal: Secretário de Administração	<b>SILVIO MARCUS ANTUNES</b>	CPF:	684.594.406-72
	Nacionalidade:	Brasileira	Identidade:	2.753.293 - SSP/DF

<b>CONTRATADA</b>	Empresa:	<b>BRASFORT ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA</b>	CNPJ:	36.770.857/0001-38
	Endereço:	SAAN Quadra 1, n.º 635, sala 1 Brasília/DF – CEP 70.632-100 brasfort@brasfort.com.br	Telefone/Fax:	(61) 3878-3434 (61) 3878-3433
	Representante Legal:	<b>ROBÉRIO BANDEIRA DE NEGREIROS</b>	CPF:	084.837.521-15
	Nacionalidade:	Brasileira	Identidade:	257.787 SSP/DF

Tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo n.º 5667/2013**, as partes acima identificadas resolvem celebrar o presente Contrato que se regerá pelas normas da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e também pelas seguintes cláusulas e condições:

## **1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

- 1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de **repcionista** para as unidades do **TRT DA 10.ª REGIÃO** situadas no Distrito Federal, em conformidade com o que consta do Edital do Pregão Eletrônico n.º 59/2013, seus anexos, e com a proposta da **CONTRATADA** que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente Instrumento.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 10ª REGIÃO**



Núcleo de Contratos

Registro n.º 191/2013

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA DISTRIBUIÇÃO DOS POSTOS**

2.1 Os serviços serão prestados nas unidades do **TRT DA 10.ª REGIÃO** situadas no Distrito Federal, de acordo com a tabela abaixo, podendo o **TRT DA 10.ª REGIÃO** alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, inclusive para atender demandas aos sábados, domingos e feriados nas dependências ou fora do **TRT DA 10.ª REGIÃO**, em exclusivo objeto de serviço:

Posto e Carga Horária	Número Total de Postos	Número de Empregados por Posto	Valor Mensal Do Posto	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
Recepcionista – 44 h/semana	35	1	R\$ 3.063,54	R\$ 107.223,90	R\$ 1.286.686,80

2.2 O objeto da presente contratação poderá ser aumentado ou diminuído, a critério do **TRT DA 10.ª REGIÃO**, nos limites permitidos pelo art. 65, § 1.º, da Lei n.º 8.666/1993.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA LICITAÇÃO**

3.1 Para a presente contratação, foi instaurado processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, conforme Decreto n.º 5.450/2005 e Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993.

## **4. CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO TRT DA 10.ª REGIÃO**

4.1 Para garantir o fiel cumprimento do presente Contrato, além das obrigações constantes do Anexo I (Termo de Referência) do instrumento convocatório, o **TRT DA 10.ª REGIÃO** compromete-se a:

- 4.1.1 Efetuar o pagamento na forma prevista no presente Instrumento;
- 4.1.2 Assegurar o livre acesso aos empregados da **CONTRATADA** a todos os locais onde se fizerem necessários os serviços, desde que devidamente identificados;
- 4.1.3 Fiscalizar a execução contratual, por meio de Unidade e Servidor designados, aos quais caberá: transmitir orientações; fiscalizar a prestação dos serviços, atestar faturas; reportar todo e qualquer problema à Administração, sendo certo que a ação da fiscalização do **TRT DA 10.ª REGIÃO** não exonerará a **CONTRATADA** de suas responsabilidades contratuais;
- 4.1.4 Receber o objeto do presente Contrato, em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/1993.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

5.1 Para garantir o fiel cumprimento deste Contrato, além das obrigações constantes do Anexo I (Termo de Referência) do instrumento convocatório, a **CONTRATADA** compromete-se a:

- 5.1.1 Não transferir a terceiros as obrigações decorrentes deste Contrato, à exceção dos casos em que tal ato, a critério do **TRT DA 10.ª REGIÃO**, não venha a gerar qualquer solução de continuidade, prejuízo para a Administração, alteração do Contrato, seja na forma de prestação dos serviços ou dos valores contratados no termo vigente;





Núcleo de Contratos

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 10ª REGIÃO**



Registro n.º 191/2013

- 5.1.2 Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- 5.1.3 Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do **TRT DA 10.ª REGIÃO**, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover a devida restauração e/ou o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados a partir da comprovação de sua responsabilidade;
- 5.1.4 Repor os bens furtados por outros de características semelhantes;
- 5.1.5 Instalar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de assinatura deste Contrato, escritório na Unidade da Federação em que se dará a prestação dos serviços.

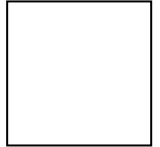
**6. CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA FINANCEIRA**

- 6.1 Para segurança do **TRT DA 10.ª REGIÃO** quanto ao cumprimento das obrigações contratuais, com fulcro no art. 56 da Lei n.º 8.666/1993, a **CONTRATADA** deverá optar, no montante de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, por uma das seguintes modalidades de garantia:
- 6.1.1 caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, os quais deverão ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;
- 6.1.2 seguro-garantia;
- 6.1.3 fiança bancária.
- 6.2 A garantia apresentada, qualquer que seja a modalidade escolhida, visa garantir o cumprimento das obrigações estipuladas neste contrato, abrangendo o pagamento de:
- 6.2.1 prejuízo advindo do não cumprimento do objeto contratual e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 6.2.2 prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução contratual;
- 6.2.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à **CONTRATADA**;
- 6.2.4 obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais de qualquer natureza, não honradas pela **CONTRATADA**.
- 6.3 A **CONTRATADA** deverá apresentar o comprovante da prestação da garantia à Unidade de Contratos, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de entrega deste contrato, assinado, ao **TRT DA 10.ª REGIÃO**.
- 6.3.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará multa diária de 0,2% (dois décimos por cento), limitada a 5% (cinco por cento), do valor anual do contrato, a qual será automaticamente glosada das faturas da **CONTRATADA** por ocasião dos pagamentos.
- 6.3.2 Na hipótese de atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias, o **TRT DA 10.ª REGIÃO** ainda irá reter dos pagamentos devidos à **CONTRATADA**, a título de garantia e sem prejuízo à cobrança da multa acima estipulada, quantia correspondente a 5%





**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 10ª REGIÃO**



Núcleo de Contratos

Registro n.º 191/2013

(cinco por cento) do valor anual do contrato que, a critério daquele, poderá vir a ser depositada em Banco Público Oficial.

6.3.3 A retenção não gerará direito a compensações financeiras à **CONTRATADA**.

6.3.4 A qualquer tempo, a **CONTRATADA** poderá substituir a retenção efetuada pelas modalidades de garantia admitidas no § 1.º do art. 56 da Lei n.º 8.666/1993.

6.4 É de inteira responsabilidade da **CONTRATADA** a renovação e complementação da garantia prestada, quando couber (vide casos de prorrogação, repactuação e acréscimos), que observará o mesmo prazo, condições e sanções já expressos.

6.5 A garantia deverá ter validade desde o início da vigência contratual até 3 (três) meses após o término da respectiva vigência, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato, nos moldes do art. 56 da Lei n.º 8.666/1993.

6.6 Quando da rescisão contratual, o fiscal verificará o pagamento pela **CONTRATADA** das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

6.6.1 A garantia somente será objeto de liberação após a devida comprovação de que a **CONTRATADA** pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes desta contratação.

6.6.2 Na hipótese de que não ocorra o referido pagamento até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento das verbas trabalhistas diretamente pelo **TRT DA 10.ª REGIÃO**.

6.7 As garantias apresentadas sob a modalidade seguro-garantia ou fiança bancária só serão admitidas pelo **TRT DA 10.ª REGIÃO** se a instituição financeira, cumulativamente, declarar que:

6.7.1 encontra-se autorizada pela Superintendência de Seguros Privados ou pelo Banco Central do Brasil a expedir seguro-garantia ou fiança bancária;

6.7.2 o valor do seguro-garantia ou fiança bancária observam os limites operacionais que lhes foram autorizados pelas Instituições Reguladoras;

6.7.3 o seguro-garantia ou fiança bancária foram devidamente contabilizados e que satisfazem aos preceitos da legislação/normatização aplicável;

6.7.4 os signatários do seguro-garantia ou fiança bancária estão aptos a subscrevê-los;

6.7.5 está ciente de que não serão reconhecidas cláusulas, condições e salvaguardas que, de alguma forma, frustrem, limitem ou retardem o acesso do **TRT DA 10.ª REGIÃO**, sempre que necessário, à garantia financeira a lhe ser prestada;

6.7.6 está ciente de que, na hipótese de inadimplemento de qualquer das obrigações assumidas pela **CONTRATADA**, deverá efetuar o pagamento das importâncias devidas ao **TRT DA 10.ª REGIÃO** ou a quem este indicar no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento de comunicação escrita, independentemente da existência de ações judiciais;

6.7.7 está ciente quanto ao fato de que responderá pelo pagamento de quaisquer despesas judiciais e/ou extrajudiciais, inclusive de honorários advocatícios conforme o caso, na hipótese de o **TRT DA 10.ª REGIÃO** se ver compelido a



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 10ª REGIÃO**



Núcleo de Contratos

Registro n.º 191/2013

ingressar em juízo para demandar o cumprimento da obrigação a que se refere o seguro-garantia ou fiança bancária;

6.7.8 renuncia ao benefício de ordem previsto no art. 827 da Lei n.º 10.406/2002 (Novo Código Civil), especificamente para o caso de fiança bancária.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E DO PREÇO DOS SERVIÇOS**

7.1 A despesa decorrente deste Contrato, no presente exercício, correrá à conta de recursos próprios consignados ao **TRT DA 10.ª REGIÃO**, por meio do Programa de Trabalho “Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho”, Elemento de Despesa 33.90.39.79, conforme Nota de Empenho estimativo n.º 2013NE002670, de 22/11/2013, no valor de R\$ 107.223,90 (cento e sete mil, duzentos e vinte e três reais e noventa centavos) e reforços/cancelamentos posteriores.

7.2 Nos exercícios seguintes, as despesas correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas nos respectivos Orçamentos-Programa.

7.3 Os valores mensal e anual da presente contratação importam em R\$ 107.223,90 (cento e sete mil, duzentos e vinte e três reais e noventa centavos) e R\$ 1.286.686,80 (um milhão, duzentos e oitenta e seis mil, seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos), respectivamente.

**8. CLÁUSULA OITAVA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

8.1 O pagamento correspondente será efetuado por meio de Ordem Bancária contra o Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, no prazo de até 10 (dez) dias após o atesto da nota fiscal entregue pela **CONTRATADA** à Unidade/Servidor designados à fiscalização da execução contratual.

8.2 A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada:

8.2.1 da Certidão Negativa de Débitos perante a Previdência;

8.2.2 da Certidão de Regularidade do FGTS;

8.2.3 da Certidão Negativa de Débitos Inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

8.2.4 de prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal.

8.2.4.1 Caso os documentos exigidos estejam com a validade expirada, à época do pagamento à **CONTRATADA**, os valores ficarão retidos até a regularização dessa situação.

8.3 Caso o **TRT DA 10.ª REGIÃO** não possa efetuar o pagamento previsto acima, o valor será atualizado monetariamente, desde a data de seu vencimento até a do efetivo pagamento. Os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 10ª REGIÃO**



Registro n.º 191/2013

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

- 8.4 Será efetuada a retenção dos tributos e contribuições na forma da legislação aplicável, salvo os casos nela previstos, em particular os 11% (onze por cento) sobre o valor da fatura de serviços da **CONTRATADA**, nos termos do art. 31 da Lei 8.212/1993.
- 8.5 Quando a soma, em um exercício financeiro, do total de faturas pagas à **CONTRATADA**, exceder o limite de receita bruta anual para Empresa de Pequeno Porte prevista no inciso II do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, o **TRT DA 10.ª REGIÃO** comunicará tal fato à Receita Federal.
- 8.6 Fica desde já autorizado o **TRT DA 10.ª REGIÃO** a realizar o pagamento de salários, vale-transporte e auxílio-alimentação diretamente aos empregados, bem como efetuar os devidos recolhimentos à Previdência e ao FGTS, quando não honrados pela **CONTRATADA**.
- 8.7 Cautelarmente poderá o **TRT DA 10.ª REGIÃO** reter valores a serem depositados junto à Justiça do Trabalho e a serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, incluídos os recolhimentos à Previdência e ao FGTS, quando não for possível realizar esses pagamentos, dentre outras razões, por insuficiência documental, caracterizada pela falta de folha de pagamento, de comprovantes de rescisão ou de guias de recolhimento.

**9. CLÁUSULA NONA - DAS PROVISÕES PARA ENCARGOS TRABALHISTAS**

- 9.1 Dos pagamentos mensais a serem efetuados à **CONTRATADA** serão glosadas as provisões de encargos trabalhistas relativas aos custos com férias e abono de férias; 13.º salário; multa do FGTS; e a incidência dos encargos sociais e trabalhistas sobre os valores de 13.º salário e férias, conforme o disposto na Resolução n.º 169/2013, alterada pela Resolução 183/2013 do Conselho Nacional de Justiça.
- 9.2 Os valores glosados serão depositados em conta depósito vinculada - bloqueada para movimentação, a ser aberta em nome da **CONTRATADA** na Agência 4200-5 do Banco do Brasil, cuja movimentação somente será possível após autorização do **TRT DA 10.ª REGIÃO**.
- 9.3 Os encargos sociais serão contingenciados pelos percentuais abaixo, conforme cotado na proposta da **CONTRATADA**, e terão como base de cálculo a remuneração mensal dos empregados envolvidos diretamente na prestação dos serviços:

N.º	ITEM	PERCENTUAL
1	13.º Salário	8,93%
2	Férias	8,93%
3	Abono de Férias	2,98%
4	<b>Subtotal</b>	<b>20,84%</b>
5	Incidência dos Encargos Sociais e Trabalhistas s/ férias e 13.º (1+2+3) x encargos sociais e trabalhistas	7,43%
6	Multa do FGTS	4,35%
7	<b>Percentual a contingenciar sobre a remuneração dos empregados</b>	<b>32,62%</b>



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 10ª REGIÃO**

Núcleo de Contratos

Registro n.º 191/2013

- 9.4 Os valores depositados na conta depósito vinculada deixarão de compor o valor mensal devido à **CONTRATADA**.
- 9.5 A **CONTRATADA** poderá solicitar autorização para utilizar os valores da conta depósito vinculada no caso de pagamento das verbas relacionadas nesta cláusula, relativas aos empregados que prestem os serviços ao **TRT DA 10.ª REGIÃO** durante a vigência do contrato.
- 9.5.1 Para a liberação dos recursos da conta depósito vinculada, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilha de cálculo e os documentos comprobatórios da ocorrência de pagamento das verbas relacionadas nesta cláusula, cujo teor será objeto de análise da Secretaria de Orçamento e Finanças - SEORF e da Coordenadoria de Controle Interno - CDCOI.
- 9.5.2 Evidenciada a correção dos documentos e cálculos apresentados pela **CONTRATADA**, a Secretaria de Administração - SEADM encaminhará ao Banco Oficial a autorização para o resgate dos valores solicitados, no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela **CONTRATADA**.
- 9.5.3 A **CONTRATADA** deverá apresentar ao **TRT DA 10.ª REGIÃO** o comprovante de quitação das verbas trabalhistas, no prazo máximo de três dias, contados da data do pagamento ou da homologação.
- 9.6 Eventuais despesas para abertura e manutenção da conta garantia vinculada deverão ser suportadas pela taxa de administração constante na proposta comercial da **CONTRATADA**.
- 9.6.1 Será retido do pagamento do valor mensal devido à **CONTRATADA** e depositado na conta depósito vinculada o valor das despesas de abertura e de manutenção da referida conta, caso o banco promova desconto(s) diretamente na conta depósito vinculada.
- 9.7 Após a assinatura deste Contrato, o **TRT DA 10.ª REGIÃO** oficiará a **CONTRATADA** estabelecendo o prazo de 20 (vinte) dias para apresentação dos documentos de abertura da conta depósito vinculada e para assinatura de termo específico que permita ao **TRT DA 10.ª REGIÃO** ter acesso aos saldos e extratos e que vincula a movimentação dos valores depositados à autorização do **TRT DA 10.ª REGIÃO**.
- 9.7.1 Caso a **CONTRATADA** não apresente os referidos documentos no prazo estabelecido, sujeitar-se-á a multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, em dobro a partir do 15.º (décimo quinto) dia, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor anual da contratação.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA REPACTUAÇÃO**

- 10.1 Será permitida repactuação do contrato, desde que observada a periodicidade mínima de um ano, a contar da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório; ou da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta.
- 10.2 Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.



Núcleo de Contratos

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 10ª REGIÃO**



Registro n.º 191/2013

10.3 As repactuações serão precedidas de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação.

10.3.1 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

10.4 Quando da solicitação da repactuação, esta somente será concedida mediante negociação entre as partes, considerando-se:

10.4.1 os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração;

10.4.2 as particularidades do contrato em vigência;

10.4.3 o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

10.4.4 a nova planilha com a variação dos custos apresentada;

10.4.5 os indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

10.4.6 a disponibilidade orçamentária.

10.5 O **TRT DA 10.ª REGIÃO** poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela **CONTRATADA**.

10.6 A decisão sobre o pedido de repactuação será proferida no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos pela **CONTRATADA**.

10.6.1 O prazo constante do item anterior ficará suspenso enquanto a **CONTRATADA** não cumprir os atos ou não apresentar a documentação solicitada pelo **TRT DA 10.ª REGIÃO** para a comprovação da variação dos custos.

10.7 O prazo para solicitação da repactuação contratual pela **CONTRATADA** terá início a partir da data de homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato e findará na data da prorrogação contratual subsequente, ou seja, na data em que for assinado o termo aditivo de prorrogação, ou no encerramento do contrato.

10.7.1 Caso a **CONTRATADA** não solicite a repactuação tempestivamente, perderá o direito a repactuar, o qual poderá ser exercido novamente apenas após a nova data base da categoria.

10.7.2 Nas hipóteses em que as negociações para a celebração do acordo ou convenção de trabalho, ou solução do dissídio coletivo eventualmente instaurado, se prolonguem após a data-base da categoria profissional abrangida por este Contrato e, nesse intervalo, o **TRT DA 10.ª REGIÃO** convoque a **CONTRATADA** para prorrogação contratual, caberá à **CONTRATADA** solicitar a inclusão, no novo termo aditivo a ser celebrado, de cláusula que resguarde o seu direito à repactuação tão logo disponha do instrumento relativo ao acordo ou convenção devidamente registrado.

10.8 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

10.8.1 a partir da assinatura do termo aditivo;





Núcleo de Contratos

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 10ª REGIÃO**



Registro n.º 191/2013

10.8.2 em data futura, desde que acordada entre as Partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

10.8.3 em data anterior à repactuação, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra e estiver vinculada a instrumento legal, acordo, convenção ou sentença normativa que contemple data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

10.9 Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

10.10 O **TRT DA 10.ª REGIÃO** poderá prever o pagamento retroativo do período em que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Reconhecimento de Dívida.

10.10.1 Na hipótese do item anterior, o período em que a proposta permaneceu sob a análise do **TRT DA 10.ª REGIÃO** será contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.

10.11 A repactuação solicitada no transcurso do exercício financeiro posterior ao do fato gerador do direito, ainda que pertinente, ficará adstrita ao reconhecimento de dívida lastreado em disponibilidade orçamentária.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PESSOAL UTILIZADO PELA CONTRATADA**

11.1 Os empregados da **CONTRATADA** não terão nenhum vínculo empregatício com o **TRT DA 10.ª REGIÃO**, sendo de exclusiva responsabilidade daquela as despesas com a remuneração daqueles, seguros de natureza trabalhista vigentes e quaisquer outros que forem devidos, referentes a serviços e empregados.

11.2 O eventual inadimplemento pela **CONTRATADA** dos encargos previstos neste instrumento não transfere ao **TRT DA 10.ª REGIÃO** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato.

11.3 O **TRT DA 10.ª REGIÃO** reserva-se o direito de solicitar à **CONTRATADA** ou diretamente aos empregados terceirizados, por meio de método amostral e aleatório, talvez com base em rodízio, comprovantes de pagamento de salários, vale-transporte e auxílio-alimentação que permitam a verificação do cumprimento dessa obrigação.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO QUANTO AO RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS**

12.1 Obriga-se a **CONTRATADA** a:

12.1.1 Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita Federal, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas;

12.1.2 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização.

12.2 Faculta-se ao **TRT DA 10.ª REGIÃO**:

12.2.1 Solicitar, por meio de método amostral e aleatório, talvez com base em rodízio, aos empregados terceirizados que verifiquem se essas contribuições estão ou não sendo recolhidas em seus nomes;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 10ª REGIÃO**



Núcleo de Contratos

Registro n.º 191/2013

12.2.2 Comunicar ao Ministério da Previdência Social e à Receita Federal qualquer irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FISCALIZAÇÃO QUANTO AO RECOLHIMENTO DO FGTS**

13.1 Obriga-se a **CONTRATADA** a:

13.1.1 Viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados;

13.1.2 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos sempre que solicitado pela fiscalização;

13.1.3 Apresentar extrato de FGTS dos empregados, sempre que solicitado.

13.2 Faculta-se ao **TRT DA 10.ª REGIÃO**:

13.2.1 Solicitar, por meio de método amostral e aleatório, talvez com base em rodízio, aos empregados terceirizados extratos da conta do FGTS, com o objetivo de verificar se os depósitos foram realizados pela **CONTRATADA**;

13.2.2 Comunicar ao Ministério do Trabalho qualquer irregularidade no recolhimento do FGTS dos trabalhadores terceirizados.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PREVENÇÃO DE ACIDENTES DE TRABALHO**

14.1 Em observância à Resolução n.º 98/2012 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, deverá a **CONTRATADA** promover - direta ou indiretamente, por meio da realização de cursos educacionais, a ocorrerem dentro da jornada de trabalho e a respeitarem a carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais - a capacitação em “saúde e segurança no trabalho” de todos os empregados envolvidos na prestação de serviços ao **TRT DA 10.ª REGIÃO**.

14.2 Caberá à **CONTRATADA** comprovar documentalmente, perante o Fiscal da Execução Contratual designado pelo **TRT DA 10.ª REGIÃO**, a realização desses cursos educacionais, sob pena de incidir nas sanções contratuais e legais aplicáveis.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA PUBLICAÇÃO**

15.1 A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogada, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do artigo 57, inciso II, da Lei n.º 8.666/1993.

15.2 A prorrogação do contrato será precedida de pesquisa para que se verifique se as condições oferecidas pela **CONTRATADA** continuam vantajosas para o **TRT DA 10.ª REGIÃO**.

15.3 A vantajosidade econômica para a prorrogação estará assegurada, dispensando-se a realização de pesquisa de mercado, quando:

15.3.1 os reajustes dos itens envolvendo a folha de salários forem efetuados com base em convenção, acordo coletivo de trabalho ou em decorrência da lei;

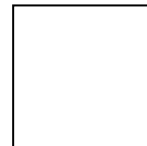
15.3.2 os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de acordo ou convenção coletiva de trabalho e de Lei) e materiais





Núcleo de Contratos

**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 10ª REGIÃO**



Registro n.º 191/2013

forem efetuados com base em índices oficiais, preferencialmente o IPCA, medido pelo IBGE.

15.4 Nos termos do art. 20 do Decreto n.º 3.555/2000, o **TRT DA 10.ª REGIÃO** providenciará, às suas expensas, a publicação do extrato deste Contrato em 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS PENALIDADES**

16.1 As penalidades passíveis de serem infligidas à **CONTRATADA** estão dispostas no instrumento editalício, cujo teor é parte integrante do presente contrato.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

17.1 O presente Contrato poderá ser denunciado por acordo entre as Partes, mediante notificação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

17.2 O presente Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 77 a 79 da Lei 8.666/1993.

17.3 Caracterizará tanto falha de execução quanto falta grave, podendo ainda dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de sanção pecuniária e do impedimento para licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei n.º 10.520/2002, as hipóteses de não:

17.3.1 pagamento do salário, vale-transporte e auxílio-alimentação no dia fixado;

17.3.2 recolhimento das Contribuições Previdenciárias;

17.3.3 recolhimento do FGTS dos empregados.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO**

18.1 Fica eleito o foro da cidade de Brasília/DF, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões relacionadas com o presente Contrato, que não puderem ser resolvidas pela via Administrativa.

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

19.1 Declaram as Partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre eles celebrado.

19.2 Qualquer medida que implique alteração dos direitos ou obrigações aqui pactuadas só poderá ser adotada mediante autorização por escrito das partes, e será, obrigatoriamente, formalizada por meio de Termo Aditivo ao Contrato, que passará a integrá-lo para todos os efeitos, regulando as ocorrências futuras.

19.3 No que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas, a fiscalização será realizada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o Contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

19.4 Responderá pela fiscalização da execução do presente instrumento a Seção de Segurança, nesta data sob responsabilidade do senhor Gilberto Soares Clemente Junior, telefone (61) 3348-1452.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA DO TRABALHO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO – 10ª REGIÃO**



Núcleo de Contratos

Registro n.º 191/2013

19.4.1 Serão denominados Gestores Contratuais Subsidiários os Titulares do Núcleo de Apoio ao Fórum Trabalhista de Brasília, da Seção de Apoio ao Fórum Trabalhista de Taguatinga, do Núcleo de Comunicação, do Núcleo de Saúde ou seus substitutos eventuais para auxiliarem nas atividades de fiscalização da prestação dos serviços nas respectivas áreas de atuação

E, por estarem justas e contratadas, as Partes assinam o presente Instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Brasília – DF, 02 de dezembro de 2013.

*Original Assinado*

**DANIEL BORGES BEÚ**

Secretário de Administração Substituto

*Original Assinado*

**ROBÉRIO BANDEIRA DE NEGREIROS**

Representante Legal